



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PLANO DE ENSINO

Identificação

Disciplina: POLITICAS E ADMINISTRACAO PUBLICA

Curso: ADMINISTRAÇÃO - MATUTINO/CAMPUS CUIABÁ

Nível: Graduação

Código: 20525222 Período: 20211 Turma: HM

Unidade Ofertante: Faculdade de Administração e Ciências Contábeis

Carga Horária Teórica: 64 horas Carga Horária Prática: 0 horas Carga Horária Campo: 0 horas Carga Horária Total: 64 horas

Tipo de Disciplina: OBRIGATÓRIO

Professor(a)(s):

- CECILIA ARLENE MORAES

Status: Homologado

Ementa

A administração pública e o sistema político brasileiro. Sistema de organização político-administrativo do Brasil. Característica do sistema político brasileiro. Fundamentos de Administração pública. Diferenças entre gestão privada e gestão pública. A administração burocrática. Funções do governo. A elaboração do plano. Estratégia e política de desenvolvimento. Fundamentos de políticas públicas. Formulação e implementação das políticas públicas. Novo modelo de gestão pública.

Justificativa

Em conformidade com a RESOLUÇÃO CONSEPE-UFMT N.º 174, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021, artigos 1º, 2º, 4º Inciso I justifica-se o presente Plano de Ensino, considerando o contexto peculiar de pandemia de COVID -19 e a suspensão de atividades presenciais, ofertando a disciplina Políticas e Administração Pública, componente curricular do Curso de Administração, por meio de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação.

A disciplina em tela é relevante para compreender o sistema político e a dinâmica da Administração Pública. Faz referência a um conjunto de organizações, de associações concretas que configuram os poderes públicos sob a direção governamental que lhe corresponde.

A palavra função significa o exercício de órgão, de um cargo, ou de aparelho, a expressão função pública, não é de compreensão elementar. Sundfeld (2000), atribui que a função pública advém do poder de agir, do dever jurídico legitimado quando cumpre especificamente a finalidade que gerou sua atribuição como agente. O agente público tem o poder de atuação e o dever de exercê-lo no sentido finalístico, ou seja, condicionada a finalidade determinada.

O desempenho da função pública é um poder/dever do agente público.

Portanto, justifica-se compreender a função pública exercida pelo Estado, Jr. Fazzio (2002), que consiste em criar e aplicar normas jurídicas mediante o exercício de sua competência social, no atendimento às necessidades coletivas.

O artigo 3º da Constituição Federal (1988) expressa, “constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A Administração Pública, deve estar em conformidade com Art.37 Constituição Federal (1988), os princípios da legalidade (normativo jurídico), moralidade (ética e bons costumes), impessoalidade (igualdade), publicidade (transparência) e eficiência (governança íntegra e eficaz).

Administração Pública no Brasil, exercida pelo Poder Executivo está submetida ao controle e fiscalização por parte do Poder Judiciário, Poder Legislativo e controle popular.

Em um Estado democrático de direito, o povo é o destinatário de toda a atividade/ação pública, logo se faz necessário compreender a Política e a Administração Pública, no curso de Administração, na perspectiva do novo modelo de Gestão Pública, da Governança Pública e da estratégia do Programa de Integridade e Compliance.

Objetivo Geral

Os discentes participantes serão capazes de compreender os conceitos fundamentais que abarcam as dimensões do Sistema Político e da Administração Pública, no processo da organização das esferas de governo, modelos de gestão pública e gestão privada. A Constituição Federal e as principais legislações vigentes que amparam a Administração Pública, bem como os impactos das Políticas Públicas na vida dos brasileiros, com o novo modelo de Gestão Pública, Governança Pública, Compliance e Programa de Integridade.

Objetivos Específicos

Conhecer conceitos fundamentais que regem a Administração Pública,
Desenhar o mapa mental do Sistema Político da Administração Pública Brasileira
Compreender o processo da Administração Pública nas três esferas de poder. Apontar algumas Políticas Públicas de impacto no cotidiano.
Saber diferenciar Governança Pública e Gestão Pública
Incentivar novas percepções do serviço público na perspectiva do Compliance e do Programa de Integridade.
Promover o Fórum Política e Administração Pública de Integridade

Conteúdo Programático

Tópico / Subtópico
 UNIDADE I - CONCEITOS FUNDAMENTAIS Ciência Política Fenômenos Sociais Sociedade Instituições Sociais Interações Sociais Política Política Pública Autoridade Poder Pacto Social Estado Nação Governo Administração Pública Símbolos do Brasil A Pátria - Sentimento patriótico.
 Unidade II - Sistema Político Brasileiro Forma de Governo Organização Político - Administrativa da República Federativa do Brasil Forma de Estado Constituição Federativa do Brasil Sistema de Governo Os três poderes Alguns tipos de Leis Alianças Políticas Governabilidade.
 Unidade III - Administração Pública Trajetória da Administração Pública Eficiência na Gestão Pública Lei de Responsabilidade Fiscal Controle Popular Princípios Constitucionais Modelos de Administração Relações da esfera pública e esfera privada Transparência Função Pública Cidadania.
 Unidade IV - Políticas Públicas Liberalismo x Marxismo Conceitos de Políticas Públicas Relação entre Estado e Sociedade Tipos de Políticas Públicas Estado de Bem-estar Social

Tópico / Subtópico
Ciclos de Políticas Públicas.
 Unidade V - Nova Gestão Pública Nova Gestão Pública GESPÚBLICA Transparência e Combate à Corrupção Mudança de Comportamento Governo Empreendedor.
 Unidade VI Governança Pública Estrutura de governança pública Diferenças de governança e gestão Governança Pública Compliance Programa de Integridade Fórum Política e Administração Pública de Integridade

Metodologia

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do ensino flexibilizado está em conformidade com Resolução CONSEPE/UFMT N.º 174, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021, Artigo 4º Inciso II Avaliação - Artigos 5º e 6º. As aulas flexibilizadas, serão síncronas (online) e assíncronas (gravadas). Será adotado o Pacto de Parceria de Integridade, construído em conjunto com os discentes, para ratificar ou retificar o planejamento adotado nessa jornada, evidenciando normas gerais de participação e avaliação dos discentes matriculados, fundamentado em princípios de conduta ética e integridade, demonstrando o dever dos estudantes de universidades públicas, perante a sociedade. Conscientização que é a população brasileira que paga os estudos de cada estudante matriculado em instituições públicas, como a UFMT.

As estratégias desse tipo de ensino, constitui em processo de dinâmico interativo, com uso de Metodologia Ativa de Aprendizagem, aplicação de PBL - Aprendizagem baseada em problemas e PBL - Aprendizagem baseada em projetos, com aulas expositivas dialogadas online às terças-feiras com a participação dos discentes matriculados na disciplina, nos horários reservados para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais flexibilizadas.

Turma da Manhã: 07h30 - 10h30

Os encontros ocorrerão na plataforma AVA pelo uso do BigBlueButton (BBB), com comunicação automática para os estudantes matriculados.

Artigos, vídeos e outros materiais didáticos, poderão ser apresentado pela docente e pelos discentes sobre a temática tratada. Esses materiais serão disponibilizados no AVA.

Além das interações no AVA, também serão criados grupos de trabalho via rede social, WhatsApp para dúvidas de modo a elevar a interação com o alunado.

Haverá formação de equipes de trabalho para a produção de trabalhos acadêmicos como: vídeos, seminários na apresentação online, bem como na constituição da Comissão Organizadora do Fórum Políticas e Administração Pública de Integridade, com a participação de convidados pela docente e/ou pelos discentes.

Avaliação

A avaliação é indissociável do ensino-aprendizagem, e será em conformidade com a Resolução CONSEPE-UFMT N.º 174, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021, Artigo 5º e 6º trata-se de um processo intencional com planejamento estruturado. Compreende-se que o ensino-aprendizagem Hamblin (1978) como processo de provocação na tentativa de que o aprendiz possa acender mudanças de habilidades, métodos, competências e de comportamento do indivíduo em sua atividade funcional, provocando transformações em sua realidade, engendrando mudanças na consecução dos seus objetivos finais.

A avaliação compreenderá a participação ativa do discente nas aulas online, produção de trabalhos individuais, em equipe na atuação da organização do Fórum Políticas e Administração Pública de Integridade.

O sistema de avaliação será da seguinte forma, na produção das 07 (sete) Atividades, tanto individuais como em Equipe sendo: Atividade 1 - 1,0; Atividade 2 - 1,0; Atividade 3 - 1,5; Atividade 4 - 2,0; Atividade 5 - 1,0; Atividade 6 - 1,5 e Atividade 7 - 2,0.

Os critérios a serem considerados são: postagens das atividades requeridas individuais e em equipe no AVA na data aprazada, conteúdo, clareza, inovação, domínio do conteúdo e objetividade na apresentação dos trabalhos escritos, na entrega das produções individuais e em equipe de vídeos e da organização do fórum nas datas aprazadas.

A média será a soma das notas das sete atividades, será considerado o processo integral de aprendizagem, durante o desenvolvimento da disciplina, certamente esse bônus pode alterar a média aritmética de acordo com o desempenho e evolução do aluno no processo de aprendizagem.

Para ser aprovados o aluno deve obter a média 7,0.

Até 6,9 fará prova final e segunda época se for o caso. Para ser aprovado o aluno deverá ficar com média igual ou superior a 5,0, que é resultado da média obtida entre a pontuação na disciplina e a nota obtida na prova final/segunda época.

Abaixo de 4,0 o aluno ficará reprovado na disciplina.

Bibliografia

Básica

Referência	Existe na Biblioteca
BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Avaliação continuada em Gestão publica. MP 2004 ed. 111 p.	✓
SHARKANSKY, Ira. Administração pública: a formulação de políticas nos órgãos governamentais. Rio de Janeiro: FGV, 1974. xviii, 341 p.	✓
MEIRELES, Ramiro de Campos. A administração pública e o servidor público na constituição federal. Goiânia: AB, 2000. 143 p. ISBN 9788874980119	✓
MUJALLI, Walter Brasil. Administração pública: servidor publico, serviço público. Campinas: Bookseller, 1997.	✓
HEADY, Ferrel. Administração pública: uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.	✓

Complementar

Referência	Existe na Biblioteca
Nogueira, Paulo Lúcio. Administração e responsabilidade dos prefeitos e vereadores. São Paulo : Sugestões Literárias, 1974.	✓
BEMIS, George W. Textos selecionados de administração pública estadual. Rio de Janeiro : FGV, 1965.	Não
ROOD, John F. (Org.). Administração federal. Rio de Janeiro: FGV, 1965. 298 p.	✓
BRASIL. Brasil. Comissão de Ética Pública. Código de conduta da alta administração federal e normas complementares. 3. ed. Brasília: Presidência da República, Comissão de Ética Pública, 2007. 137 p.	✓
MATIAS-PEREIRA José. Administração Pública - Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5 ed. Atlas: São Paulo, 2018	Não

Informações Adicionais

Produção e realização do Fórum Política e Administração Pública de Integridade com a participação de convidados do poder legislativo Congresso Nacional, Assembleia Legislativa, Câmara Municipal, controle interno (TCU, TCE, CGE/MT) e do poder judiciário (TJ e TRE) via on-line.

Aprovação

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso realizada em ____/____/____.

_____, ____/____/____.

Coordenador(a) do Curso